



ECONOMIA POLÍTICA AFRICANA: DO DESENVOLVIMENTO AO AUTODESENVOLVIMENTO

Muryatan Santana Barbosa¹

Universidade Federal do ABC (UFABC) - CECS/BCH/BRI/PPGEPM, São Bernardo do Campo, São Paulo, Brasil.

Resumo: A partir de uma análise de história intelectual, o artigo trata do debate africano sobre o desenvolvimento. Para isto, além da contribuição clássica da economia política africana dos anos 1960 e 1970, buscou-se refletir sobre como as ciências humanas e sociais, a partir dos anos 1980, também intervieram no referido debate. Desde tal perspectiva, coloca-se a hipótese de que tal ampliação do debate possibilitou uma visão mais complexa da própria ideia de desenvolvimento, agora entendida como autodesenvolvimento.

Palavras-Chave: desenvolvimento; economia política; África contemporânea; pensamento africano

AFRICAN POLITICAL ECONOMY: FROM DEVELOPMENT TO SELF-DEVELOPMENT

Abstract: based on an analysis of intellectual history, the article deals with the African debate on development. For this, in addition to the classic contribution of the African political economy, from the 1960s and 1970s, we considerer on how the human and social sciences, since the 1980s, also intervened in this debate. From this perspective, the hypothesis arises that such an expansion of the debate enabled a more complex view of the idea of development, now understood as self-development.

Keywords: development; political economy; contemporary Africa; African thought

ECONOMÍA POLITICA AFRICANA: DEL DESARROLLO AL AUTODESARROLLO

Resumen: Basado en un análisis de la historia intelectual, el artículo trata sobre el debate africano sobre el desarrollo. Para ello, además del aporte clásico de la economía política africana, de los años sesenta y setenta, buscamos reflexionar sobre cómo las ciencias humanas y sociales, desde los ochenta, también intervinieron en este debate. Desde esta perspectiva, surge la hipótesis de que tal expansión del debate permitió una visión más compleja de la idea misma de desarrollo, ahora entendido como autodesarrollo.

¹ Historiador e sociólogo, membro do Núcleo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da UFABC. E-mail: m.barbosa@ufabc.edu.br ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6307-8847>



Palabras-clave: desarrollo; economía política; África contemporânea; pensamiento africano

ÉCONOMIE POLITIQUE AFRICAINE: DU DÉVELOPPEMENT À L'AUTO-DEVELOPPEMENT

Résumé: Basé sur une analyse de l'histoire intellectuelle, l'article traite du débat africain sur le développement. Pour cela, en plus de l'apport classique de l'économie politique africaine des années 60 et 70, nous avons cherché à réfléchir sur la manière dont les sciences humaines et sociales, à partir des années 80, sont également intervenues dans le débat référé. De ce point de vue, l'hypothèse se pose qu'une telle extension du débat a permis une vision plus complexe de l'idée même de développement, désormais comprise comme auto-développement.

Mots-clés: Développement; économie politique; Afrique contemporaine; pensée africaine

INTRODUÇÃO

O debate sobre o desenvolvimento é um tema central do pensamento africano contemporâneo. Sua origem remonta a década de 1950, ou seja, no período em que os movimentos de descolonização ganhavam força. E, por consequência, colocava-se a necessidade de refletir sobre como organizar a econômica interna dos países africanos na era pós-colonial. Neste momento, os primeiros economistas africanos construíram um período clássico de sua área de trabalho, entre os anos 1960 e 1970; seja a partir do binômio desenvolvimento-modernização, seja a partir da crítica sistêmica, estruturalista ou marxista. Posteriormente, a partir da década de 1980, tal debate foi sendo retrabalhado e ganhou nova expressão com as contribuições das ciências humanas e sociais africanas à temática. Desta forma se ampliou e complexificou o debate original, advindo da economia política.

Neste artigo, defendemos que está passagem pode ser entendida, dialeticamente, como uma passagem da ideia de desenvolvimento para a de autodesenvolvimento, na medida em que o desenvolvimento passa a ser visto como algo endógeno, que promove um salto de si para si mesmo, em outro nível. Sendo, ademais, um fato total, que não implica apenas uma investigação econômica, mas concomitantemente uma reflexão sobre identidade, educação, cultura, filosofia, ciência, tecnologia, política. Daí que se venha dizendo que uma verdadeira alternativa de desenvolvimento, portanto, implicaria participação popular e democratização social.



DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO

Durante a vigência da era colonial na África, o problema do desenvolvimento das colônias se colocava de forma ambígua. A essência do colonialismo era transformar as sociedades locais em enclaves de exportação de matérias-primas tropicais e minerais, que interessavam às metrópoles. Para tanto, necessitava-se de duas coisas. Investir no setor de transporte (ferrovias, estradas, portos) e telecomunicações (telégrafos, telefones). Mas também garantir a força de trabalho, sem a qual nenhuma atividade econômica colonial seria possível. Assim instituíram-se diversas formas de controle e exploração do trabalho que são comumente chamadas de “trabalho voluntário”, mas que de fato eram formas disfarçadas de escravização.

Pensar em desenvolvimento econômico em tal contexto significava, portanto, o bom funcionamento de um sistema de exploração, que estava baseado no racismo, na violência e na periferização estrutural das sociedades africanas na divisão internacional do trabalho.

Isso não se alterou significativamente durante o período colonial. É verdade que alguns países semicoloniais, como Egito e Libéria, além da África do Sul, conseguiram avançar numa industrialização própria, ainda que timidamente. Em outros casos excepcionais, como Rodésia do Sul, Congo Belga e Argélia, em que existia uma população eurodescendente mais numerosa, algumas fábricas foram introduzidas no entreguerras. Em particular, após a crise 1929, quando se desenvolveu um processo de substituição de importações coordenado pelas metrópoles (KIPRÉ, 2010, p. 430). Apesar de seu caráter efêmero, essa industrialização pioneira permitiu a formação de uma nascente classe operária africana nesses lugares.

Ainda está por se fazer uma história intelectual do pensamento africano em economia política. Todavia, alguns traços gerais parecem hoje mais claros. Ao que tudo indica, os primeiros ensaios nessa direção só foram publicados na década de 1950, poucos anos antes das independências nacionais. A ideia geral então corrente é que, num primeiro momento, os interesses do setor público e privado deveriam ser unidos na formação de uma nação industrializada, em que o Estado teria forte participação na economia. Como assinala o economista egípcio Samir Amin (2006, p. 240), esse era o projeto de desenvolvimento engendrado nos movimentos da descolonização, que significava quase



o mesmo em todas as partes da África, implicando: a) centralização do poder no Estado, com partido único e intervenção na economia; b) modernização do setor agroexportador (e mineral); c) industrialização.

A receita não era absurda. E, de fato, ela trouxe resultados razoáveis de crescimento econômico (média de 5%) para a maior parte dos países africanos na época de expansão da economia mundial, entre 1945 e 1973. Isso, vale dizer, num cenário difícil, com a progressão da Guerra Fria e o aumento populacional no continente, que triplicou a demografia de muitos países entre 1950 e 1990. A questão central era o espaço que cada um destes setores (burocracia estatal, setor exportador, indústrias) deveria ter, e qual o papel que as antigas metrópoles iriam ocupar. Muitas das graves crises políticas que afetaram os governos africanos na década de 1960 decorriam de posicionamentos políticos diferentes sobre tal matéria.

No entanto, no imediato pós-colonial, nos anos 1960, em nenhum país ocorreu estatização completa da economia nacional, seguindo modelo soviético. Pelo contrário, em todos eles havia largos setores da economia que continuavam dominados direta ou indiretamente pelos monopólios internacionais — o que ocorria apesar das políticas de nacionalização implementadas, em países como Gana, Mali, Tanzânia e Argélia. Sobretudo por conta do controle de preços que, em última instância, tais monopólios conseguiam implementar sobre as *commodities* destes países, a partir do poder e da presença destes monopólios no mercado mundial.

É verdade que essa situação de dependência estrutural era justamente o que os teóricos do neocolonialismo da época, como Kwame Nkrumah (*Neocolonialismo: fase superior do capitalismo*, 1965), tinham prognosticado. Ou seja, de que sem uma unificação continental, a maioria dos países africanos sairiam da descolonização balcanizados, e sem capacidade efetiva de exercício de sua soberania recém conquistada.

Todavia, não se deve supor desse fato que o projeto de “descolonização” econômica — sintetizado por Amin (2006) — tenha sido mera reprodução dos interesses dos monopólios internacionais no continente.² Em particular em sua roupagem liberal.

² Certamente, era útil a tais instituições e forças externas que houvesse na África certa organização social que garantisse o controle da força de trabalho e a exploração dos recursos naturais do continente. Mas cabe lembrar que o colonialismo foi um sistema fundado justamente para isso. E, é preciso dizer, era muito rentável e funcional, tanto que nenhum país europeu queria abrir mão dele antes da consolidação dos diversos movimentos de descolonização no pós-guerra. E, desde a década de 1940, a mais nova potência capitalista do mundo, os EUA, estava ganhando cada vez mais espaço econômico no continente em pleno colonialismo, seja associada ao capital metropolitano (inglês, francês, português), seja aplicada diretamente, como no caso sul-africano, liberiano, rodesiano etc. Em suma, o colonialismo não era um



Aliás, pelo contrário, na época, o liberalismo como doutrina política ou econômica não era algo levado à sério na África. Em quase todos os países, o receituário da descolonização ia pelo caminho contrário, fosse ele de “esquerda” ou de “direita”, implicando: partido único, Estado forte, industrialização, homogeneização étnico-cultural. Algo que se poderia resumir sob dois termos clássicos: desenvolvimento e modernização. Conforme diz Amin sobre o período logo após as independências:

[...] a oposição que hoje fazemos tão frequentemente entre a intervenção do “Estado” — sempre negativa porque, por essência, em conflito com aquilo que pretendemos ser a espontaneidade do mercado — e o “interesse privado” — associado às tendências espontâneas do mercado — não existia. Essa oposição não era feita e nem era notada. Ao contrário, o bom senso, partilhado por todos os poderes estabelecidos, via na intervenção do Estado um elemento essencial da construção do mercado e da modernização. A esquerda radical – de aspiração socialista em sua própria leitura ideológica – associava certamente a expansão desse estatismo à expulsão gradual da propriedade privada. Mas a direita nacionalista, que não se propunha esse objetivo, não era menos intervencionista e estadista: a construção dos interesses privados que ela propunha exigia, conforme pensava, e a justo título, um estatismo vigoroso. As baboseiras de que hoje os discursos dominantes se alimentam não tinham nenhum eco na época.

A tentação é, portanto, grande, hoje, de ler essa história como a de uma etapa da expansão capitalismo mundial, que teria realizado, mais ou menos bem, certas funções ligadas à acumulação nacional primitiva, criando por isso mesmo as condições da etapa seguinte, na qual se entraria agora, marcada pela abertura para o mercado mundial e para a competição nesse terreno. Eu não proporia ceder a essa tentação. As forças dominantes do capitalismo mundial não criaram “espontaneamente” o ou os modelos de desenvolvimento. Esse “desenvolvimento” se impôs a elas. Ele foi produto do movimento de libertação nacional do Terceiro Mundo da época (AMIN, 2006, p. 243).

“Desenvolvimento” e “modernização” são, portanto, as premissas primordiais da economia política africana, que vai se formando nos anos 1950 e 1960. A título de exemplo, era algo pressuposto na maior parte das teorias e doutrinas políticas do “socialismo africano” ou do pan-africanismo de George Padmore e Kwame Nkrumah (BARBOSA, 2020). Cheikh Anta Diop (1959), por exemplo, defendia que uma nova

problema para o capital internacional, fosse ele de origem europeia ou estadunidense. E a continuidade dos laços econômicos entre EUA, África do Sul e o colonialismo português são prova disto. Em suma, não havia por que os capitalistas desejarem a descolonização Africana. Muito menos um projeto de descolonização que buscava construir certo poder nacional nas ex-colônias africanas, ainda que sob dominação estrutural neocolonial. Seria muito melhor a continuação do colonialismo ou, se necessário, a instauração de um sistema neocolonial completo, intermediado por estados formalmente soberanos, mas com fraquíssima soberania de fato. Algo que só se instaurou na maior parte do Sul global a partir dos anos 1980, com o neoliberalismo.



África seria uma África necessariamente continental e com forte presença estatal. Segundo ele, só esse fato poderia garantir o planejamento para construir um desenvolvimento econômico (industrial) adequado às características naturais (em particular, energéticas) do continente, assim como as necessidades das populações africanas. Algo que, para ele, não estaria ao alcance de nenhuma nação africana em particular.³

Dado o caráter neoliberal das concepções hegemônicas atuais em matéria de economia política, tal consenso pode parecer estranho ao leitor contemporâneo. Mas, à época, não se tratava de uma particularidade africana. A defesa da presença do Estado na economia e da necessidade do planejamento econômico era algo comum a quase todas as nações do mundo nas décadas de 1950 e 60, mesmo nos EUA. Nesse quadro, os fundadores da Economia do Desenvolvimento eram referências mundiais, inclusive na África, como, Paul Rosenstein-Rodan, Hans W. Singer, Ragnar Nurkse, William Arthur Lewis, Albert O. Hirschman, Gunnar Myrdal, Michal Kalecki, Raúl Prebisch e Celso Furtado⁴.

Vale aqui destacar o nome de Arthur Lewis (1915-1991). Caribenho de origem, Lewis foi o único economista negro desse famoso grupo de autores. Era ligado aos grupos pan-africanistas de Londres (KANBUR, 2016). Superando o racismo acadêmico da época, tornou-se professor da Escola de Economia de Londres e da Universidade de Manchester, nas décadas de 1940 e 50. Nesse período, escreveu seu mais famoso estudo: *Desenvolvimento com oferta ilimitada de trabalho* (1954), em que pregava a possibilidade de industrialização retardatária dos países do Terceiro Mundo, tendo em conta sua larga mão de obra disponível. A partir dos anos 1950, tornou-se um consultor internacional, ajudando diversos países africanos e asiáticos recém-independentes a construir seu planejamento econômico. Entre muitas honrarias, recebeu o Prêmio Nobel de Economia, em 1979.

³A primeira exposição pormenorizada desse ideal foi realizada por dois economistas estadunidenses, então professores da Universidade de Gana, Reginald Green e Ann Seigelman: *Unity or poverty: the economics of Pan-africanism* (1968). Após o golpe de estado contra Nkrumah (1966), Green foi trabalhar com Nyerere na Tanzânia, e tornou-se um dos principais economistas radicados na África.

⁴A ideia de desenvolvimento chegou por duas vias à atualidade econômica por conta da formação da Comissão Econômica das Sociedades das Nações, no entreguerras. A partir de então, foram se criando as comissões econômicas das Nações Unidas para cada continente no pós-guerra (CEA para a África), e que tinham por finalidade maximizar os esforços para eliminar os vícios do colonialismo e do subdesenvolvimento. Esta nova disciplina, a Economia do Desenvolvimento, consistia num arranjo teórico elaborado a partir da experiência da Revolução Industrial nas sociedades europeias.



Um dos governos mais auxiliados nesse período por Lewis foi o de Kwame Nkrumah, em Gana. De fato, a relação entre os dois homens era anterior. Lewis já havia preparado um relatório econômico a pedido de Nkrumah em 1953, quando este era Primeiro Ministro da antiga Costa do Ouro (antes da independência, em 1957). Nesse relatório, o economista caribenho apontava para a necessidade de uma reforma gradual visando a industrialização nacional. Pois, em sua opinião, a então colônia não possuía a mesma vantagem do atraso — oferta de mão de obra “ilimitada” — que outros países subdesenvolvidos tinham, como Egito e Índia (base empírica de seu trabalho de 1954). Nessas circunstâncias, dizia Lewis, era preciso antes desenvolver uma acumulação de capital inicial via modernização do setor agroexportador. Só depois seria possível caminhar para uma industrialização seletiva (KANBUR, 2016).

Além das consultorias, após a independência de Gana, Lewis trabalhou diretamente no governo Nkrumah. No entanto, a colaboração durou apenas dezoito meses, entre 1957 e 1958. Suas opiniões e conselhos eram basicamente os mesmos de antes. Mas a sua linha não foi bem digerida pelo presidente ganense, que pretendia realizar um pulo maior para o desenvolvimento industrial, seguindo seu “Plano de Metas de Cinco Anos”. Percebendo sua posição decorativa, Lewis desistiu de sua posição. Ao sair, numa carta que se tornou pública, disse:

Fez-se uma provisão inadequada para alguns serviços essenciais, enquanto a maior prioridade é dada a um número de questões de segunda importância... Aliás, a principal razão para esta falta de equilíbrio é que o plano contém muitos esquemas nos quais o Primeiro Ministro [Nkrumah] está insistindo por “razões políticas...”. Para lhe dar estes brinquedos, a Comissão de Desenvolvimento teve que reduzir severamente o fornecimento de água, centros de saúde, escolas técnicas, estradas... Não é fácil fazer um bom plano de desenvolvimento com 100 milhões de libras se o primeiro-ministro insiste em inserir 18 milhões de libras de suas próprias questões políticas que não desenvolvem o país, nem aumentam o conforto do povo (LEWIS *apud* TIGNOR, 2006, p. 167).

Ao que teria respondido Nkrumah, em outra carta:

São decisões políticas que eu considero que devo tomar. O conselho que me deram, por mais sadio que seja, é algo essencialmente colocado do ponto de vista econômico, e eu lhe disse, em muitas ocasiões, que nem sempre posso seguir esse conselho, pois sou um político e preciso apostar no futuro (NKRUMAH *apud* TIGNOR, 2006, p. 167).



Posteriormente, num livro de 1965, *Política na África Ocidental*, Lewis generalizou sua crítica às elites governantes africanas. Segundo ele, assim como Nkrumah, tais elites tendiam ao centralismo e ao autoritarismo, tanto em matéria econômica, quanto política. E isso era algo pernicioso à economia de mercado e ao bom desenvolvimento das nações (KANBUR, 2016). Certamente, havia razões conjunturais para a postura política dessas elites — razões que Lewis não via ou não queria ver. Vale citar duas: a) o acirramento conjuntural da Guerra Fria (anos 1960); b) a necessidade de formação do Estado-nação. Mas o quanto esses fatos eram suficientemente fortes para determinar (ou pelo menos condicionar) um viés centralista e autoritário de época dos governos africanos é uma questão que só pode ser respondida especificamente; o que a generalização de Lewis não permitia.

Por outro lado, é evidente que os novos governantes africanos não tinham opções livres à sua escolha. Sobretudo por conta dos acordos realizados (formais e extraoficiais) com as ex-metrópoles, ainda no processo de descolonização. Por exemplo, muitos não podiam recusar-se a aceitar a “ajuda” para o desenvolvimento, inclusive sob a forma de “quadros técnicos”, que na maioria dos casos estavam ali só para garantir os interesses externos, neocoloniais. Por conta disso, deve-se observar que desde o início houve em muitos países uma resistência aos modelos importados, que supunham forte ênfase no comércio exterior, em vez das questões internas.

A defesa, portanto, de que o Estado — e o setor público em geral — deveria ser a entidade responsável pelo desenvolvimento econômico, também tinha um caráter político. A crença era de que, a partir dele, seria possível impulsionar as dinâmicas econômicas internas (exportação primária e industrialização, em diferentes graus) e mediar os interesses externos/internos. Era uma forma de pensar um desenvolvimento no médio e longo prazo, na medida em que os processos de industrialização e modernização fossem se consolidando. No entanto, não havia nessa percepção muito espaço para a ação dos agentes individuais, que desde então se perpetuam à margem da formalidade e das economias nacionais africanas, pelo menos oficialmente. Mas não eram só esses os esquecidos. Nos anos 1960, os acordos regionais, por exemplo, foram também secundarizados, especialmente os econômicos e de infraestrutura.

Contudo, uma vez que tais elites, por intermédio do Estado-nação, conseguiam garantir certa margem de crescimento econômico — tanto por razões internas quanto externas —, no período entre os anos 1960 e 1970, elas também conseguiam manter certa



legitimidade social, contra as oposições e as ideias discordantes. Como dizia uma palavra de ordem da época: “Silêncio, estamos nos desenvolvendo!” (KI-ZERBO, 2006, p. 146).

Por conta disso, muitas críticas que os intelectuais africanos faziam então ficaram sem reconhecimento. E elas mereciam ter sido ouvidas, como pode-se observar do contexto trágico que se instalou na África posteriormente, nos anos 1980 e 1990. Cabe, portanto, iniciar este debate aludindo os pioneiros nesta crítica, desde a ótica da economia política, a partir da década de 1960.

A CRÍTICA ESTRUTURALISTA E MARXISTA

Um dos primeiros pensadores africanos a ser apontado é o economista senegalês Mamadou Moustapha Dia (1910-2009). Dia começou seus estudos numa escola corânica, no Senegal. Ainda durante a Segunda Guerra, mudou-se para a França, onde se formou em economia. Nesse período, ele esteve muito próximo à Senghor. Ambos lutavam em organizações anticoloniais senegalesas. Posteriormente, Dia foi representante de Senegal na câmara dos deputados e no senado da França, entre 1948 e 1958. Tornou-se Primeiro Ministro do Senegal, logo após a independência nacional em 1960. Nos dois anos seguintes, defendeu uma postura ativa e combativa diante da França e seus correligionários locais — como o então presidente L. S. Senghor —, na medida em que a ex-metrópole continuava a dominar a economia senegalesa. Mas Dia acabou perdendo a batalha. E, em 1962, foi preso com os outros quatro ministros sob acusação de planejar um golpe de Estado contra Senghor. Ficou encarcerado entre 1963 e 1974. Após isso, retomou sua carreira acadêmica. Buscou ainda voltar a política do Senegal nos anos 1980, mas sem sucesso pleno (RASMUSSEN, 1986, p. 72).

Dentro do campo intelectual, Dia foi uma referência por ter sido um dos pioneiros (junto com Raul Prebisch e Arghiri Emmanuel) a mostrar como o comércio internacional não era igualmente útil a todos os países. Pelo contrário, aumentava a polarização entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, visto que, no médio e longo prazo, implicava a deterioração dos meios de troca dos segundos. É uma das teses do seu livro, *As nações africanas e a solidariedade mundial* (1961). Para Dia, esta seria a face econômica do neocolonialismo. Contra ela, defendia que as economias nacionais africanas deveriam se recriar em busca de autodesenvolvimento e expansão regional, visando o comércio Sul-Sul e a promoção de alternativas comunitárias. Algo que ele passou a divisar como parte



de seu projeto de “socialismo africano”; pelo visto pouco atrativo ao “socialismo africano” de Leopold S. Senghor.

A interpretação mais sistêmica de Dia tornou-se comum entre os economistas africanos e da diáspora de vanguarda da década de 1970, que se aproximaram das teorias do estruturalismo cepalino, do capital monopolista e da dependência, como, Walter Rodney (Guiné), Samir Amin (Egito) e Justinian Rweyemamu (Tanzânia). Cada qual ao seu modo, eles buscaram mostrar como a situação periférica da África no capitalismo mundial estava condicionada historicamente pelas relações do continente com a expansão europeia.

Talvez Rodney tenha sido o que foi mais a fundo neste enfoque, em seu estudo clássico: *Como a Europa subdesenvolveu a África* (1973). Ali, o autor mostrou como a relação centro-periferia entre Europa e África não foi apenas obra colonial, mas já vinha se estabelecendo secularmente por conta da consolidação do tráfico escravista Atlântico, que desenvolveu a Europa enquanto subdesenvolvia a África. Mas um estudo seminal de Samir Amin também deve ser destacado nesse contexto: *A acumulação a escala mundial* (1970). Neste, Amin buscou entender o problema da acumulação primitiva capitalista em escala mundial, uma das bases para a posterior criação da teoria do sistema-mundial. Afinal, com isto, se poderia fundamentar uma explicação do capitalismo como sistema intrinsecamente polarizador entre as nações (centros-periferias), trazendo outras questões teóricas e políticas para o marxismo.

O que era interessante nesses e outros autores dos anos 1970 (Dia, Rodney, Amin, Rweyemamu) é que suas análises da África no capitalismo mundial não eram resignadas. Não se tratava de crítica e resignação. Suas críticas não eram sobre a ideia de desenvolvimento em si. Mas sobre o tipo de desenvolvimento que se estava firmando ali no período pós-colonial, que não rompia com os laços de dependência com o centro capitalista. E que, por consequência, continuava reproduzindo uma situação periférica na divisão internacional do trabalho. Para eles, numa conjuntura favorável, tal desenvolvimento “associado” produziria no máximo crescimento do PIB, mas não necessariamente melhora na qualidade de vida das populações, consolidação da soberania nacional ou fortalecimento da ciência/tecnologia africana. Parafraseando o brasileiro Celso Furtado (1966) à época, produzia-se crescimento econômico, mas não desenvolvimento real. E, de fato, o “milagre brasileiro” era citado criticamente nesse sentido.

Era assim porque, para além de críticas acadêmicas, tais estudos estavam alicerçados em trajetórias militantes desses e outros economistas africanos. Falou-se, por exemplo, de Samir Amin. É alguém que se deve destacar neste ensaio, por conta de sua importância para o tema em pauta. Filho de mãe francesa e pai egípcio, saiu do seu país natal e se formou no Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos, na França, em 1957. Logo após, retornou ao Egito, onde trabalhou no Governo Nasser até 1960. Posteriormente, participou dos Governos de Modibo Keita, no Mali, e de Boumediene, na Argélia, nas áreas de desenvolvimento industrial e planejamento econômico. Foi consultor de muitos outros governos africanos, além de um dos idealizadores da Nova Ordem Econômica Mundial, construída pelo Bloco do Terceiro Mundo nos anos 1970.

Após tais experiências voltou a área acadêmica, tornando-se professor e pesquisador em diversas universidades ao redor do mundo. Publicou dezenas de livros, tornando-se uma referência intelectual mundialmente conhecida. Em particular, dentro do campo progressista e, mais especificamente, marxista. No entanto, nunca abandonou a África, tendo morado e trabalhado por décadas em Dakar, no Senegal. Desde os anos 1970, trabalhou pela formação e consolidação de algumas das principais instituições acadêmicas transacionais do continente, como o Fórum do Terceiro Mundo, o Fórum das Alternativas e o Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (Codesria).

Em *Acumulação a escala mundial* (1970), Amin colocou as premissas de sua reconstrução do materialismo histórico. Ao analisar o capitalismo realmente existente, buscou demonstrar que a polarização centro-periferia era uma dinâmica inerente à acumulação de capital em escala mundial. Em livros subsequentes (*O imperialismo e o desenvolvimento desigual*, 1976; *A lei do valor e o materialismo histórico*, 1977), a tese da polarização foi reforçada por uma análise do caráter mundial da lei do valor (Amin, 1994). Focando-se nas periferias do sistema, o autor buscou as consequências políticas de tais investigações (*O futuro do maoísmo*, 1983; *Classe e Nação*, 1980). Argumentou então que a polarização mundial, estruturalmente, tenderia a relegar as nações periféricas a se perpetuarem com tais, por conta do caráter “comprador” de suas burguesias locais.

Apesar de ser um crítico tenaz do capitalismo, Amin não acreditava na destruição dele a curto prazo. Dizia que estávamos num período de longa transição ao socialismo. E que, portanto, fazia sentido ver as alternativas de poder nacional-popular no Sul global como etapas necessárias dessa transição civilizacional. Amin utilizou a expressão



“desconexão” para se referir a tal estratégia alternativa de poder. Seus adversários atacavam-no dizendo que o autor falava de autarquia. Mas de fato ele falava em autonomia, soberania. Tratava-se da possibilidade das sociedades periféricas de, a partir de uma revolução nacional-social, tornarem-se agentes de sua própria história, passando a colocar a resolução dos seus problemas internos (distribuição de renda, autodesenvolvimento, produção tecnocientífica, melhoramento da qualidade de vida) no primeiro plano de suas capacidades decisórias. Em seus termos, tratava-se de construir um autodesenvolvimento guiado por um poder nacional-popular, contra o imperialismo e as burguesias compradoras, ou seja, as burguesias periféricas estruturalmente associadas ao neocolonialismo. Além dessa face interna, a desconexão teria uma face externa, reconectando o país internacionalmente aos países socialistas e ao terceiro-mundismo.

Para Amin, por mais difícil que fosse, existiria uma alternativa basicamente nacional para a superação do capitalismo periférico. No entanto, por mais adeptos que tal estratégia tivesse nos anos 1970, ela foi gradualmente perdendo sua força de convencimento por três fatos históricos que reorganizaram o sistema internacional desde então. A primeira delas foi a reascensão da liderança estadunidense dentro do centro capitalista, levando a formação do G-5, em 1975. Algo que Amin intitulava de imperialismo coletivo. Em segundo lugar, a desconstrução do Bloco do Terceiro Mundo e a crise do socialismo real; em particular, na. Por último, a financeirização crescente da economia mundial, decorrente das crises do petróleo (em 1973 e 1978), da política do “dólar forte” e da ascensão do neoliberalismo nos EUA e na Inglaterra.

Tais eventos internacionais tiveram forte consequências para a África dos anos 1970 e 1980, impondo severas restrições à continuação da agenda do desenvolvimento (ainda que associado), que se estava construindo no continente desde as descolonizações dos anos 1960. A partir de então, viu-se formar aquilo que alguns economistas africanos chamaram de “décadas perdidas” (MKANDAWIRE & SOLUDO, 1998) tal qual seus colegas latino-americanos. As semelhanças são gritantes. E mostram a condição de subalternidade estrutural do capitalismo periférico em escala mundial, apesar de sua aparente heterogeneidade. Na África, as exceções ficaram a cargo de países petrolíferos como a Nigéria e a Líbia, já governada por Muammar Gaddafi.

Que fazer nessa situação? Não era uma pergunta fácil de responder. Certamente, os estruturalistas e “dependentistas” dos anos 1960 e 1970, como M. Dia, W. Rodney e S. Amin, tinha uma resposta pronta: revolução socialista! Mas não era necessariamente a

resposta que muitos líderes africanos queriam ouvir, especialmente numa época de retração do Bloco do Terceiro Mundo e do socialismo real.⁵ Atenta a tal situação, a economia política africana criou outras respostas possíveis, buscando criar novas alternativas para os governos africanos do período entre os anos 1970 e 80.

Nesse contexto, cabe lembrar de outra grande figura da economia política africana: o nigeriano Adebayo Adedeji (1930-2018). Adedeji se formou em Economia na Universidade de Londres e Administração em Harvard nos anos 1960. Em seu retorno à Nigéria, foi membro do Ministério do Planejamento Econômico entre 1958 e 1963, professor da Universidade de Ilé-Ifé (atual Obafemi Awolowo) e Ministro da Reconstrução Econômica e Desenvolvimento. Neste último posto, foi um dos líderes do plano nacional de desenvolvimento de cinco anos (1970-74), baseado nos lucros das exportações de petróleo, que promoveram rápida industrialização e certa provisão de infraestrutura para a Nigéria.

Como Prebisch e Dia, antes dele, discordou sobre os benefícios das teorias do comércio internacional com base em vantagens comparativas, defendendo uma modernização e uma industrialização financiadas pelas exportações primárias, com ampliação do comércio regional. Construiu então uma trajetória em defesa das organizações regionais e transnacionais africanas. É considerado “o Pai da CEDEAO (a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental), por ter iniciado as conversações e os encaminhamentos para as primeiras reuniões dessa instituição transnacional, que se tornou uma das mais relevantes da África. Entre 1975 e 1991 foi Secretário Executivo da Comissão Econômica para África, da ONU (CEA-ONU). Nesse período, deu uma clara inspiração pan-africanista à instituição, que dosava com abundante pragmatismo. De lá, formulou as linhas de ação do “Plano de Ação de Lagos para o Desenvolvimento Econômico da África 1980-2000”.

Adedeji tinha uma disposição ímpar para ajudar e propor projetos alternativos de integração, modernização e desenvolvimento. Era também um crítico das elites africanas, sem dúvida. Em especial, do seu país natal. Mas, ao mesmo tempo, buscava entender concomitantemente as dificuldades intrínsecas em se governar um país africano saído do colonialismo, e estruturalmente neocolonial. O espírito pragmático o ajudou a coordenar

⁵ Moçambique e Angola são exceções neste contexto, que se explicam por conta das especificidades de suas tardias revoluções de libertação nacional, em fins dos anos 1970.



políticas coletivas, para além de suas posições individuais. As palavras abaixo resumem bem seu ponto de vista nos anos 1980:

Os governos africanos realmente desejavam, o quanto antes, elevar o grau da independência adquirida e, como consequência, melhorar o nível de vida do seu povo, através do aumento nos rendimentos e da implementação dos serviços sociais, bem como das infraestruturas de base. Todos consideravam praticamente um fato consumado e incorporado que a planificação econômica constituísse o meio mais racional, com vistas à realização destas mudanças. [...] Contudo, estes planos elaborados, muito amiúde, por estrangeiros cujo conhecimento dos países em questão era relativamente insuficiente, pecavam pela falta de uma real capacidade em serem conduzidos, pela ausência de um apoio político ou, ainda, pela pouca plausibilidade de sua aplicação. [...] Os níveis em cujas grandes reviravoltas estratégicas devem ser buscadas são outros. Todavia, salvo alguns raríssimos países, tem-se dificuldade em descobrir sinais tangíveis de uma estratégia de descolonização econômica igualmente clara e definida como aquela que presidiu a descolonização política, a qual todos os países africanos subscrevem e vigorosamente perseguem (ADEDEJI, 2010, p. 471).

Nos anos 1980, Adedeji foi o principal articulador de duas propostas grandiosas organizadas pela CEA-ONU: o *African Alternative Framework to Structural Adjustment Programme* (AAF-SAP, 1989) e o *African Charter for Popular Participation* (ACPP, 1990). Na primeira, organizou um conjunto de propostas para reorganizar as economias africanas no médio e longo prazo, que se combinariam com políticas de estabilização política e crescimento no curto prazo. Era algo alternativo ao ajustamento estrutural proposto pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional. No segundo, criou uma orientação continental para a democratização política, com estratégias propriamente africanas. Em ambos, pretendia-se estabelecer uma estratégia de transformação social que, ao mesmo tempo, combinavam o fator espacial (macro/micro) e temporal (curto/médio/longo prazo) visando garantir a dimensão humana da questão ou, em outros termos, garantir o desenvolvimento humano dos envolvidos. Em particular, em relação aos jovens e às mulheres africanas (RASHEED, 1994). Algo que se tornará uma ideia constante em futuros projetos para o continente (e para além dele) na ONU,⁶ na União Africana⁷ e em outras instituições internacionais, em que se destacariam nomes de economistas africanos por ele influenciados direta ou indiretamente, como Thandika Mkandawire (Malawi),

⁶ Em particular, desde então, no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

⁷ Não tanto na Nepad, mas certamente na Agenda 2063 (2013).



Carlos Lopes (Guiné Bissau), S. K. B. Asante (Gana), Charles C. Soludo (Nigéria), Calestous Juma (Quênia).

Por essa síntese, pode-se observar que não faltava disposição e boas ideias à Adedeji. Um tanto maldosamente, um discípulo, o economista ganense S. K. B. Asante (1991), chamou-o de “Cassandra Africana”. Ou seja, um grande intelectual, visionário, profeta, que via claramente o futuro, mas cujas profecias muitas vezes foram ignoradas até que fosse tarde demais...

A definição faz sentido. Mas não era sempre assim. Observando as declarações e programas de governo africanos, desde fins da década de 1970, existem ideias comuns de como se poderia (ou deveria) encampar uma resistência organizada e coletiva contra a crise mundial que se estabelecia. E tal posicionamento devia muito ao CEA-ONU, coordenado por Adedeji. Pode-se dizer, inclusive, que havia na época certo consenso entre as lideranças de que deveria ser feito algo concreto nesse sentido, dada a fragilidade das economias africanas diante da catástrofe que se avizinhava. E algo coletivo, pois não havia poder nacional que conseguisse se impor às forças externas. O Plano de Ação de Lagos (1980) é um bom exemplo disso, tendo sido organizado com a participação de centenas de especialistas do continente. Ali se construiu um programa comum, baseado em quatro pontos básicos: a) *self-reliance*; b) autossuficiência alimentar; c) integração regional; d) industrialização.

No entanto, mais uma vez, parece que já era tarde demais para organizar uma alternativa comum para o desafio que se aproximava: o neoliberalismo. E a definição de Asante se reafirma. Em primeiro lugar, viu-se a queda de preços das commodities. Em seguida, a crise da dívida externa, que pôs a nu o erro dos anos 1960 e 1970, de contrair grandes financiamentos externos com taxas flutuantes, que subiram com as dificuldades criadas pelas duas crises do petróleo e efeitos correlatos das mudanças tecnológicas de época. Por fim, os programas de ajuste fiscal do Banco Mundial e do FMI, para que se pudesse receber novos empréstimos internacionais. Em tais circunstâncias, em menos dez anos, entre 1973 e 1983, o sonho de uma África desenvolvida foi enterrado. E ali iniciou-se a tragédia social do continente, que durou as últimas duas décadas do século passado, revertendo boa parte dos melhoramentos concretos e das expectativas que haviam sido conquistados anteriormente. Quanto mais desaparecia o Estado na sociedade civil, mais as comunidades étnicas e religiosas se fortaleceram e passaram a ser os grupos sociais



primordiais das sociedades; mais se propagaram as doenças como a malária e a HIV/AIDS; mais as guerras civis e as intervenções externas se difundiram...

Nesse contexto, uma figura que se tornou símbolo de vida, resistência e alternativa prática foi a acadêmica e ativista queniana Wangari Muta Maathai (1940-2011), que ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 2004, por sua luta de vida pela democracia, direitos humanos e conservação ambiental. Foi a primeira mulher na África Oriental e Central a obter um título de doutora e a tornar-se professora universitária. Foi também presidente do Departamento de Anatomia Veterinária da Universidade de Nairóbi. Tornou-se então líder do Conselho Nacional de Mulheres do Quênia, em 1986. E, deste posto, criou a Rede Pan-africana de Cinturão Verde, que apoiava grupos de mulheres a plantar árvores para conservação ambiental e para melhorar de forma prática a qualidade de vida. Algo que se tornou massivo na África do Leste. Mais tarde, ocupou vários cargos de prestígio em organizações multilaterais e na política do Quênia. Por sua trajetória acadêmica e política, Maathai figura justamente como umas das pioneiras da defesa do desenvolvimento sustentável, que se tornou recorrente nas organizações e no debate internacional dos anos 1990.

Maathai foi uma exceção ao seu momento. A constatação da tragédia africana, dos anos 1980 e 1990, trouxe um enorme desalento aos intelectuais. Como constata o economista Thandika Mkandawire, *desde então a economia política africana, por exemplo, tendeu a reforçar as posições conservadoras do TINA (There Is No Alternative), tornando-se parte do pensamento único neoliberal (Mkandawire, 1999). Nesse cenário, o afropessimismo tornou-se hegemônico, expressando um sentimento coletivo de fracasso, generalizante e resignado. Desde então, do ponto de vista intelectual, as reflexões mais instigantes sobre as alternativas de desenvolvimento vieram sobretudo para além do campo da economia política.*

A CONTRIBUIÇÃO DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Desde a década de 1970 cresceu enormemente o conhecimento acadêmico sobre a África, dentro e fora do continente. Evidentemente, o fato primordial que permitiu tal desenvolvimento foi a criação de um campo acadêmico africano após as descolonizações. Cabe destacar também que, internacionalmente, multiplicaram-se nesse período as áreas



de estudos africanos em todo o mundo desenvolvido, ou seja, tanto no centro capitalista, na Europa e nos EUA, quanto na URSS.

Evidentemente, a Guerra Fria teve aí um peso fundamental. Havia então uma soma considerável de recursos para pesquisas na área, incluindo incentivo financeiro para que milhares de estudantes africanos tivessem a oportunidade de estudar e se formar fora do continente. Algo que, com visto, está na própria base da formação e reprodução do pensamento intelectual africano contemporâneo. Por outro lado, a ampliação do campo criou uma especialização em âmbito mundial, o africanista; termo que passou a ter conotações pejorativas no campo acadêmico africano.

Os 1980 foram os anos de consolidação das ciências humanas e sociais no continente africano. É preciso tomar cuidado com a generalização, como sempre. Em alguns países, as disciplinas dessa área já haviam se institucionalizado muito antes. No Norte da África e Magreb existem universidades centenárias.⁸ Na África do Sul e alguns outros países (Libéria, Costa do Ouro, Senegal, Uganda), elas se formaram ainda em tempos coloniais. Mas é certo que as independências mudaram qualitativamente e quantitativamente o quadro, pois cada novo país africano construiu pelo menos uma universidade nacional, com financiamento público. Elas eram então símbolos nacionais. E acreditava-se que poderiam criar as elites responsáveis pela modernização e desenvolvimento nacional (MAMDANI & DIOUF, 1995). Desde então, o número de universitários cresceu geometricamente, de 181.000, em 1975, para 1.075.000, em 1995 (MAMA, 2005, p. 98).

É fato que essa expansão das universidades africanas foi sendo limitada e restringida por uma crescente deterioração financeira nos anos 1980 e 1990, que impôs sérias limitações ao campo acadêmico. Com raríssimas exceções, os recursos nunca foram suficientes para que se promovesse um amplo e consolidado campo de pesquisas.⁹ Um cenário que, por sua vez, potencializou a “fuga de cérebros”. Segundo Paul Zeleza, entre 1990 e 2005, em todos os anos, cerca de vinte mil africanos com educação superior migraram para o Norte global. (Zeleza, 2003, p. 209) E a situação teria sido pior não fosse

⁸ Como assinalou Devés-Valdés (op. cit., 2008, p. 143), nos anos 1970 houve um movimento de abertura dessas universidades para estudantes provindos da África Sul-saariana, buscando ampliar a esfera de influência islâmica no continente. Só na Universidade de Al-Azhar, no Cairo, em 1977, havia cerca de dez mil estudantes vindos dessa região.

⁹ Chegou-se ao ponto do Banco Mundial, em 1985, citar o ensino superior na África como um “luxo” a que os “países africanos não estavam preparados para fazer face” (Silva, 2010, p. 7).



a existência de redes e instituições transnacionais, que receberam recursos de fora do continente. Nesse contexto, a Codesria (fundada em 1973, em Dakar, Senegal), sem dúvida, teve papel fundamental, sustentando boa parte da pesquisa acadêmica de excelência no continente (ILGES, 2016; CHIZENGA & CABRAL, 2016). Mas cabe lembrar também de outras instituições regionais, como a Associação das Mulheres Africanas por Pesquisa e Desenvolvimento (fundada em 1977, em inglês: AAWORD), a Organização para Pesquisa das Ciências Sociais da África do Leste (Addis Ababa, Etiópia; em inglês: OSSREA) e a Southern Political Economy Trust (Harare, Zimbábue; em inglês: SAPES); assim como certas ONG's posteriormente, como o Centro de Pesquisa Básica (Kampala, Uganda), Centro de Estudos Sociais Avançados (Porto Harcourt, Nigéria), Centro de Pesquisa e Documentação (Kano, Nigéria), Agrarian South Network (Harare, Zimbabuê), o Fórum de Estudos Sociais (Addis Ababa, Etiópia).

Tais fatos são relevantes para entender as características da consolidação do campo de ciências humanas e sociais na África. Sua efetivação tornou o pensamento intelectual africano menos limitado. Por outro lado, a institucionalização mudou certas balizas clássicas desse pensamento, em particular, por conta da especialização do conhecimento daí derivada. Esse acontecimento teve consequências diferentes para cada área.

De um modo geral, desde os anos 1980, houve a tentativa de se livrar das perspectivas mais sistêmicas, que tinham emergido e se consolidado na hegemonia da economia política dos anos 1970, enfocando as trajetórias, as visões de mundo e as resistências das pessoas comuns. Trata-se de uma perspectiva acadêmica que se ampliou e complexificou nos anos 2000, e que acabou por retomar a problemática do desenvolvimento e da formação do Estado-nação em novos termos, buscando as raízes locais de um possível viés endógeno africano para tais questões.

No campo filosófico, por exemplo, defendeu-se que a partir de um viés endógeno, seria possível potencializar as ciências e os valores africanos como caminhos próprios de organização social, como propuseram, entre outros, Claude Ake (1981), Paulin Hountondji (1994), Kwasi Wiredu (1996), Karp & Masolo (2000), Kwame Gyekye (1994), Samuel Ekanem (2006), Josephat Oguejiofor (2001), Lansana Keita (2011) e, mais recentemente, Bas'illele Malomalo (2020). Afinal, em última instância, a África não teria suas próprias concepções de direitos humanos, de democracia, de política, de tecnologia etc., que caberia renovar e projetar para a formação de uma nova África? Se



sim, seria necessário copiar o modelo de modernização (desenvolvimento e formação do Estado-nação) europeia, tal qual foi feito pela maior parte das elites africanas de outrora?

Neste contexto se retomou as alternativas de desenvolvimento, a partir dos anos 1990. Como visto, entre os anos 1960 e 1970, a problemática do desenvolvimento foi tratada sobretudo pela economia política africana, clássica, formada na primeira geração dos economistas africanos. Inicialmente, buscou-se mostrar como a premissa da Economia do Desenvolvimento e do binômio modernização/desenvolvimento foi relevante para essa primeira geração. Em particular, por conta da influência e participação direta de intelectuais de renome que por lá estavam, como Arthur Lewis em Gana. Posteriormente, em fins da década de 1960, com o acirramento da geopolítica da Guerra Fria na África, e a chegada de novas teorias de economia política no continente (teorias da dependência, desenvolvimento-subdesenvolvimento, capitalismo monopolista), a ênfase inicial foi se diversificando e complexificando, embora ainda se mantivesse o entendimento de um desenvolvimento nacional como caminho de industrialização/modernização. A questão chave era como fazer esse caminho próprio apoderar-se positivamente das condições do sistema internacional, que ainda se mantinham razoavelmente favoráveis. Isso mudou drasticamente com o início da crise dos anos 1970 e, posteriormente, com a adoção do neoliberalismo. Nesse cenário, as alternativas escassearam. Concretamente, ainda se colocaram alternativas tanto no campo político do socialismo real (Angola, Moçambique, Burkina-Faso, Etiópia), quanto no campo intelectual, em ideias como as de desconexão (Samir Amin), desenvolvimento humano e integração regional (Adedeji) ou desenvolvimento sustentável (Maathai).

O fato, entretanto, é que ambos perderam sua efetividade como alternativas efetivas de longo prazo diante da desestruturação da URSS e da consolidação do neoliberalismo nos anos 1980 e 1990. Daí que o chamado afropessimismo tenha se tornado o mantra da época. No entanto, em paralelo à ascensão e queda do pensamento da economia política africana, fortaleceu-se o campo das ciências humanas e sociais, mesmo com a crise financeira colocada. E, conseqüentemente, se ampliaram concomitantemente as percepções sobre o desenvolvimento. Não apenas em sua expressão conceitual e epistemológica, mas ao mesmo tempo na reflexão sobre quem são os agentes e receptores desse desenvolvimento. Afinal: o que é o desenvolvimento? Como realizá-lo? O que ele implica? Para quem é (ou não é) o desenvolvimento? Deve-se impor o desenvolvimento?



Tais questões comumente colocaram outro dilema intelectual e político para a elite intelectual africana, tendo em conta sua face inegavelmente ocidentalizada: como transformar o conhecimento adquirido no exterior em algo útil à libertação e ao autodesenvolvimento da África e dos africanos? Inclusive para além das clivagens político-ideológicas, esta questão vem se recolocando de tempos em tempos por todos aqueles que se veem existencialmente comprometidos com a África. Como já dizia Claude Ake: “*enquanto não lutarmos por um desenvolvimento endógeno na ciência e no conhecimento, não podemos emancipar-nos*” (AKE APUD CARDOSO, 2012). Trata-se de uma questão que continua sendo considerada relevante pelos intelectuais africanos.

Teoricamente, uma das boas caracterizações atuais desse dilema foi realizada por Paulin Hountondji, na sua luta contra o pensamento científico “extrovertido” na África. Diz o autor em relação aos “estudos africanos”:

Os estudos africanos em África não deveriam contentar-se em contribuir apenas para a acumulação do conhecimento sobre África, um tipo de conhecimento que é capitalizado no Norte global e por ele gerido, tal como acontece com todos os outros sectores do conhecimento científico. Os investigadores africanos envolvidos nos estudos africanos deverão ter uma outra prioridade: desenvolver, antes de mais, uma tradição de conhecimento em todas as disciplinas e com base em África, uma tradição em que as questões a estudar sejam desencadeadas pelas próprias sociedades africanas e a agenda da investigação por elas directa ou indirectamente determinada. Então, será de esperar que os académicos não-africanos contribuam para a resolução dessas questões e para a implementação dessa agenda de investigação a partir da sua própria perspectiva e contexto histórico (HOUTONDJI, 2008, p. 158).

A crítica de Hountondji é justa. No entanto, ela esbarra numa desigualdade estrutural de difícil superação. Afinal, como é admitido pelo próprio autor, a situação periférica do campo científico na África o condiciona a estar sempre ancorando sua produção científica nas línguas, revistas, público e instituições do Norte global. Como diz o próprio autor, trata-se da característica estruturadora do pensamento extrovertido que se pretende superar. No entanto, Hountondji acredita, como visto, que parte da solução poderia ser construída pelos próprios académicos africanos, na medida em que caberia a eles construir uma agenda de pesquisas e de questões propriamente africanas. Em suma, haveria o que fazer contra a subalternização científica, em prol da construção de um saber endógeno apropriado à África (PACHECO, 2017).



É neste ponto que o trabalho da Codesria, em especial, é particularmente relevante para a África. Embora não seja imune a polêmicas de toda ordem, a Codesria tem buscado, desde os anos 1970, criar certa consensualidade quanto a necessidade de criação de uma agenda de pesquisas voltada para a própria África, independente das clivagens de grupo e político-ideológicas, que são inevitáveis em qualquer campo intelectual. Não por acaso, o Plano Estratégico da Codesria entre 2007 e 2011 foi o de “repensar o desenvolvimento africano”. Todavia, seria esta institucionalidade suficiente para garantir a autonomia do pensamento africano, em termos de arcabouço epistemológico e construção de agendas de pesquisa? Nos termos de Hountondji, seria suficiente para se construir o pensamento introvertido africano, ou seja, voltado para as questões das suas próprias sociedades?

A pergunta tem algo de retórico. Evidentemente, nenhum arcabouço institucional pode por si mesmo garantir tal fato. Afinal, são as ações dos indivíduos que movem tais instituições. Mas a pergunta aponta para outra. A forma como Hountondji coloca a questão, nesse artigo específico, tende a naturalizar o papel do intelectual — africano — como mediador de sua sociedade. É preciso ir além e perguntar como isso ocorreria. Hountondji buscou responder a esse desafio na obra coletiva *Os saberes endógenos* (1994). Ali, ele diz que caberia ao intelectual africano trabalhar a partir do conhecimento racional contido no saber-fazer das pessoas comuns, tendo em conta seus diferentes modos de transmissão. Isto seria o saber endógeno africano (MACEDO, 2015, p. 219).

Outra resposta possível a esse dilema foi a do conhecido antropólogo sul-africano Archie Mafeje (1936-2007), outra referência teórica da intelectualidade africana contemporânea. Mafeje se formou em Antropologia na África do Sul e na Inglaterra, nos anos 1960. Desde a década de 1970, em livros como *A ideologia do Tribalismo* (1971), buscou mostrar que a Antropologia não havia conseguido superar sua “epistemologia da alteridade”, sem o que seria impossível que ela se tornasse uma ciência social adequada a compreensão das realidades africanas (MAFEJE, 1971, 1991, 2008; NYAMNJOH, 2012). Posteriormente, nos anos 1990, o autor expandiu sua crítica às demais ciências sociais no continente, especialmente por seu status disciplinar e suas epistemologias autolegitimadoras e “cosmopolitas”. Todavia, Mafeje não se limitou à crítica. Como mostrou Jimi Adesina (2008), desde seus estudos iniciais, nos anos 1960, ele buscou construir uma visão endógena das realidades africanas a partir do saber-fazer dos



africanos e africanas; o que, para ele, seria o ponto de partida para o conhecimento de fato científico da África.

Hountondji e Mafeje, entre outros, buscaram mostrar como as ciências humanas e sociais na África podem contribuir, ao seu modo, para o debate sobre o desenvolvimento no continente. Um tema que tende a ser considerado, correntemente, como algo a ser discutido apenas pelos economistas. Ancorados em suas próprias teorias sociais, eles fazem retomar a questão do desenvolvimento como desenvolvimento endógeno (ou autodesenvolvimento), mostrando — teórica e empiricamente — como o conhecimento e o estudo do saber-fazer dos africanos e das africanas poderiam ser potencializados como fontes de autodesenvolvimento e democratização social. É uma ideia que está em inúmeros intelectuais africanos, mas que nunca foi seriamente levada a cabo como política de Estado no continente, afora raríssimas exceções. Como dizia sabiamente o historiador Joseph Ki-Zerbo, um dos pensadores do desenvolvimento endógeno na África:

Nenhum povo se desenvolveu unicamente a partir do exterior. Se ele se desenvolve, é porque extrai de si mesmo os elementos do seu desenvolvimento. Na realidade, todo mundo se desenvolveu de forma endógena. Ninguém se instalou na praça pública, com a gamela na mão, à espera de ser desenvolvido. Se quiséssemos representar por uma figura geométrica este tipo de desenvolvimento ideal, seria preciso vê-lo como uma espiral ascendente ou como o paradigma da árvore. A árvore está enraizada, vai ao fundo da cultura subjacente, mas também está aberta às trocas multiformes, não está murada ou fechada. Assim, é estando profundamente enraizado que se fica disposto a todas as aberturas (KI-ZERBO, 2006, p. 149)

O que boa parte do pensamento africano buscou mostrar ao longo dos últimos três decênios, pois, é que o desenvolvimento deveria ser encarado como um fato total. Ou seja, um autodesenvolvimento. Neste, o crescimento econômico é o mais visível. Mas é também o mais enganoso, pois ao se focar apenas nele esquecemos que se está falando de algo com múltiplas faces e consequências, implicando um debate sobre a identidade, a cultura, o gênero, a democratização social, os direitos humanos, ciência, tecnologia.

Nosso ponto é que o foco no autodesenvolvimento, mais próprio dos filósofos e cientistas sociais, tem que ser visto como algo complementar à orientação pelo desenvolvimento dos economistas políticos, que é estruturadora e necessária. Em particular, em relação ao papel incontornável do Estado na organização da vida econômica de um país. O que autores como Ki-Zerbo, Hountondji e Mafeje (entre outros



tantos citados) destacaram é que não se trata apenas de construir um desenvolvimento para as pessoas, mas de criar um desenvolvimento pelas pessoas, em seu saber-fazer, envolvendo questões como ciência, cultura e tecnologia. Um conhecimento próprio, que poderia ser promovido e revivido pela educação. Essa seria a base do verdadeiro autodesenvolvimento. Assim, se é fato que a sociedade civil em todos os lugares na África tem radicalizado suas instituições autóctones (formais ou não), é certo também que com o devido apoio estatal, tais instituições poderiam tornar-se elementos relevantes de uma modernização africana (MABOGUNJE, 2000). Por fim, é uma garantia de que o desenvolvimento que todos pretendem não seja algo impositivo, nem se faça sem a amplitude da dimensão humana envolvida, pois não há desenvolvimento endógeno sem envolvimento social. Em especial das mulheres e dos jovens africanos. Ou seja, implica democratização social. Algo que vem sendo veementemente defendido nos dias atuais, desde que as mulheres africanas ganharam espaços no poder acadêmico e governamental. Embora haja distinções, as visões acima elencadas são mais complementares do que opostas, e assim tem que ser vistas.

Por esta exposição sucinta, vê-se que não há ingenuidade do pensamento africano acerca da tecnocracia do discurso econômico atual, que se tornou o pensamento único da maioria dos governos do mundo após a consagração do neoliberalismo. A questão é como realizar a superação da ordem neoliberal, para que tais alternativas ao desenvolvimento possam ser testadas como diretrizes de Estado. E, neste ponto, coloca-se o problema da práxis política, que vai para além do debate aqui colocado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ensaio buscou-se caracterizar o debate sobre o desenvolvimento na África desde uma perspectiva de longa duração. Aí incluindo como esta temática foi tratada pela economia política dos anos 1960 e 1970, e pelas ciências humanas e sociais desde então. Buscou-se mostrar, a partir de tal perspectiva abrangente e interdisciplinar, como tal problemática foi-se complexificando ao longo deste tempo, até chegar a problemática do autodesenvolvimento.

Por uma questão de espaço, fez-se aqui uma análise conscientemente generalista da história intelectual africana contemporânea. Evidentemente, uma investigação mais pormenorizada será útil no sentido de referendar (ou não) a veracidade do argumento



levantado. Mas, em linhas gerais, cremos que os elementos trazidos são suficientes para construir uma primeira aproximação do objeto de estudo, ainda pouquíssimo tratado na bibliografia nacional. Oxalá que novas pesquisas possam ampliar o escopo deste artigo.

Por fim, cabe destacar uma conclusão lógica da argumentação estabelecida. É fato que o argumento exposto pressupõe que o debate atual sobre o autodesenvolvimento supera o debate anterior sobre o desenvolvimento, mais tradicional e tendencialmente mais eurocêntrico. No entanto, cabe salientar que, ao utilizarmos o termo superação o fazemos desde uma perspectiva dialética, ou seja, no sentido de que o termo superado permanece conservado, guardado. Por consequência, em nossa compreensão, o autodesenvolvimento pressupõe a permanência de características e elementos das teorias do desenvolvimento. E foi neste sentido que apontou-se que a visão dos teóricos do desenvolvimento na África (Dia, Amin, Rodney, Adedeji e outros), em particular acerca das reformas estruturais e do papel central do Estado na economia, continuava sendo atualmente necessária e incontornável. E será assim enquanto a África quiser manter certo grau de soberania diante do neocolonialismo no continente.

O caminho africano será construído coletivamente. E isto só pode ser feito, no campo acadêmico, a partir das tradições intelectuais africanas. Sendo assim, neste caso, assim como em qualquer outro, não se trata de opor visões, forçar novidades que possam ser mais facilmente mercantilizadas... Trata-se de buscar complementariedades, pois a verdade está no todo. Só assim poder-se-á, quiçá, caminhar para garantir as soberanias africanas e a melhora da qualidade de vida no continente. Especialmente dos mais pobres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MAZRUI, A.; WONDJI, C. (Eds.). A África desde 1935. 2ª.ed. rev. Brasília: *Unesco*, 2010.

ADESINA, Jimi O. Archie Mafeje and the pursuit of endogeny: against alterity and extroversion. *Africa Development*, v. xxxiii, n. 4, pp. 133-152. Dakar: *CODESRIA*, 2008.

AKE, Claude. A political economy in Africa. Harlow, Essex: *Longman*, 1981.

AMIN, Samir. Os desafios da mundialização. Aparecida, SP: *Ideias e Letras*, 2006.

_____. Re-reading the post-ward period: an intellectual itinerary. New York: *Monthly Review Press*, 1994.

ASANTE, Samuel K. B. African development: Adebayo Adedeji's alternative strategies. Ibadan: *Spectrum Books*, 1991.



BARBOSA, Muryatan S. A razão africana: breve história do pensamento africano contemporâneo. São Paulo: *Todavia*, 2020.

CARDOSO, Carlos. Da possibilidade de fazer ciências sociais em África. In: silva, Tereza C.; coelho, João P. B.; soto, Amélia N. de. (Orgs.). Como fazer ciências sociais e humanas em África: questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e práticas. Textos em homenagem a Aquino Bragança. Dakar, *Codesria/Clacso*, 2012.

CHIEZENGA, Anselmo P.; cabral, Frederico M. A. (Des)caminhos da produção do conhecimento em África: o Codesria na disseminação do conhecimento no contexto da globalização. In: macedo, José R. de (Org.). O pensamento africano no século XX. São Paulo: *Outras Expressões*, 2016.

DÉVES-VALDÉS, Eduardo. O pensamento sul-saariano: conexões e paralelos com o pensamento latino-americano e o asiático. São Paulo/Rio de Janeiro: *CLACSO-EDUCAM*, 2008.

DIOP, Cheikh A. African cultural unity. *Présence Africaine*, nos. 24-25, february-may, 1959.

EKANEM, Samuel A. African philosophy and development: a contemporary perspective. *Sophia: an African Journal of Philosophy*, 9 (1), pp. 85-90, 2006.

FURTADO, Celso. Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo: *Editores Nacional*, 1966.

GYEKYE, Kwame. Taking development seriously. *Journal of Applied Philosophy*, 11 (1) pp. 45-56, 1994.

HUNTONDJJI, Paulin. Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, pp. 149-160, 2008.

_____. (Ed.) Les savoirs endogènes: pistes pour une recherche. Dakar: *Editions du Codesria*, 1994.

ILGES, Michelle C. A produção de ciências sociais no continente e a agência do Codesria. Orientação Prof. Dr. Carlos M. H. Serrano. *Tese (Doutorado em Antropologia)*. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

KARP, I. & masolo, D. A. (Eds.). African philosophy as cultural inquiry. Bloomington: *Indiana University Press*, 2000.

KEITA, Lansana (Ed.). Philosophy and african development: theory and practice. Dakar: *Codesria*, 2011.

KIPRÉ, Pierre. O desenvolvimento industrial e o crescimento urbano. In: MAZRUI, A.; WONDJI, C. (Eds.). A África desde 1935. 2ª.ed. rev. Brasília: *Unesco*, 2010.

KI-ZERBO, Joseph. Para quando a África? Entrevistas com René Holenstein. São Paulo: *Pallas Athena*, 2006.

MABOGUNJE, Akin L. G. Institutional radicalization, the state, and the development process in Africa, *Proc. Natl. Acad. Sci. U S A*. December 5, v. 97, n. 25, pp. 14007-14014, 2000.

MACEDO, José R. Intelectuais africanos e estudos pós-coloniais: as contribuições de Paulin Hountondji, Valentim Mudimbe e Achille Mbembe. In: MACEDO, José R. de (Org.). O pensamento africano no século XX. São Paulo: *Outras Expressões*, 2016.

MAFEJE, Archie. A commentary on anthropology and Africa. *Codesria Bulletin*, n. 3-4, pp. 88-94, 2008.

_____. The ideology of 'Tribalism'. *The Journal of Modern African Studies*. V. 9, n. 2, pp. 253-261, 1971.

_____. The theory and ethnography of african social formations: the case of the interlacustrine kingdoms. *London: Codesria Books Series*. 199.

MALOMALO, Bas'llele. A justiça teórico-política ao matriarcado para se pensar a África contemporânea. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 12, n. 31, fev. 2020.

MAMA, Amina. Gender studies for Africa's transformation, In: Mkandawire, T. (Ed.). *African intellectuals: rethinking politics, language, gender and development*. Dakar/Londres: *Codesria Books/Zed Books*, 2005.

MAMDAMI, M.; DIOUF, M. (Eds.). *Academic freedom in Africa*. Dakar: *Codesria*, 1995.

MKANDAWIRE, T; SOLUDO, C. (Eds.). *Our continent, our future: african perspectives on structural adjustment*. Dakar: *Codesria*, 1998.

MKANDAWIRE, Thandika. The political economy of financial reform in Africa. *Journal of International Development*. Volume11, Issue3. May/June, pp. 321-342, 1999.

NYAMNJOH, Francis. Blinded by sight: divining the future of anthropology in Africa. *Africa Spectrum*, v. 47, n. 2-3, pp. 63-92, 2012.

OGUEJIOFOR, Josephat O. *Philosophy and the African development*. Ibadan: *Hope Publications*, 2001.

PACHECO, Ana Júlia. A perspectiva africana em pauta: humanidades, ciências sociais, história e estudos africanos. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 9, n. 22, p. 369-384, jun. 2017.

RASHEED, Chole, *Human Development: an african perspective*. Human Development Occasional Papers (1992-2007). hdocpa-1994-06, Human Development Report Office (hdro), *United Nations Development Programme (undp)*, New York, 1994.

RASMUSSEN, Lipschutz. *Dictionary of african historical biography*. London: *Heinemann*, 1986.

RAVI, W. Kanbur, Arthur Lewis and the roots of ghananian economic policy (2016). Working Paper. Charles H. Dyson School of Applied Economics and Management Cornell University, Ithaca, New York, USA. Disponível em: <http://publications.dyson.cornell.edu/research/researchpdf/wp/2016/Cornell-Dyson-wp1607.pdf> > Acesso: 08/07/2019.

SILVA, Tereza. *O público, o privado e o papel das universidades na África*. Dakar: *Codesria Books*, 2010.

TIGNOR, Robert. *Arthur Lewis and the birth of development economics*. Princeton: *Princeton University Press*, 2006.

WIREDU, Kwasi. *Cultural universals and particulars: an african perspective*. Bloomington: *Indiana University Press*, 1996.

ZELEZA, Paul T. Rethinking africa's globalization. Trenton and Asmara: *Africa World Press*, 2003.

Recebido 01/03/2021

Aprovado em 30/04/2021